

Desigualdade e a crise financeira mundial: o dinheiro financeiro e a maior concentração de renda da história

Carlos Alberto Franco da Costa¹

Resumo: Em sua etapa financeira, o capital criou uma ruptura do vínculo exclusivo entre Estado e dinheiro, e o deslocamento do poder dos Estados para o capital financeiro mundial, criando insegurança nos Estados nacionais e a possibilidade constantes de crises geradas por fugas massivas de capitais especulativos. Este poder está concentrado nas mãos de poucos especuladores internacionais que movimentam bilhões de dólares todos os dias. Segundo relatório apresentado em 2014 no Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça), 85 pessoas detêm 46% da riqueza do planeta. O relatório apontou este dado como sendo a maior concentração de riqueza já registrada na História da Humanidade. Este “seleto” clube de bilionários, donos de grandes bancos, fundos de investimentos e monopólios, controla a indústria, o comércio e a agricultura do planeta. No período de 1982 a 2000 o ritmo de crescimento dos ativos financeiros mundiais cresceu a uma taxa média de 14% ao ano, dobrando a taxa de crescimento do PIB do planeta que no período de 1982 a 2008 foi de 6,7% ao ano. Nesta corrida, o capital financeiro deixou pra trás os agentes econômicos individuais, as empresas que necessitam de produtos físicos para gerar lucros, a influência do poder político local e a soberania dos estados independentes, impondo as regras do jogo financeiro mundial.

Palavras-chave: Desigualdade, crise financeira, concentração de renda

Introdução

As escolas clássica e neoclássica da economia tratam o dinheiro como um elemento técnico e neutro nas relações econômicas. Dodd (1997) se refere a dois tipos de neutralidade nestas abordagens, a lógica e a política, a noção de neutralidade lógica propõe que, se a economia está em estado de equilíbrio, o dinheiro simplesmente intermedia a produção e as trocas de bens, não fazendo nenhuma diferença intrínseca para as variáveis econômicas reais. O conceito de neutralidade política propõe que o dinheiro pode expressar desigualdades de riqueza e poder, mas nunca poderá gerá-las. Tanto na economia clássica como na neoclássica, a emergência histórica do dinheiro é explicada por sua utilidade prática, sua superioridade em relação ao escambo. Smith observa que a inconveniência de fazer coincidir os requisitos no escambo gera a etapa racional de utilizar um bem que “poucos estariam inclinados a recusar em troca do produto de sua atividade”.

Para Menger, na perspectiva neoclássica, o dinheiro surge porque os indivíduos buscam maximizar seus próprios interesses econômicos, e assim sendo, o dinheiro surge

¹ Professor de Economia da Universidade Federal do Acre. Doutor pela Universidade de Salamanca-Espanha.

como resultado dos esforços individuais dos membros da sociedade que foram encontrando os caminhos para determinar os diferentes graus de mercantilização dos objetos, com tendência ao equilíbrio do mercado monetário².

Marx também considera a função de intermediário nas relações de troca como sendo uma das principais funções do dinheiro em uma sociedade regida pelas trocas mercadológicas, exemplificada pela expressão M-D-M, pela qual as mercadorias são mediadas pelo dinheiro. Porém, diferente dos clássicos, Marx faz referência à distribuição de poder na sociedade capitalista, na qual o dinheiro, sendo uma mercadoria diferente, expressa não somente relações de troca, mas as condições estruturais que sustentam as relações capitalistas de produção, onde os produtores independentes de Smith são substituídos pelos trabalhadores explorados de Marx. Assim, o dinheiro deixa de ser o instrumento pelo qual as atividades de produção podem ser coordenadas no âmbito da divisão social do trabalho e torna-se um meio essencial mediante o qual o trabalho pode ser mercantilizado, e assim sendo, o papel do dinheiro deixa de ser neutro³. Marx considera que o dinheiro expressa as contradições do capitalismo, mas não é visto como causa direta destas contradições, embora possa ser associado à organização do poder na sociedade capitalista, uma vez que o dinheiro é visto como a cristalização das relações capitalistas de produção. Portanto, para Marx, a fonte do valor do dinheiro não pode ser explicada sem se fazer referência às relações de produção e troca que geram a circulação das mercadorias, sendo que sua conexão funcional com as relações capitalistas de produção é que lhe permite funcionar como dinheiro.

A desregulação financeira dos anos 70 germina a concentração e a crise atual

O atual sistema monetário internacional se configura na Conferência de Bretton Woods, em 1944, na qual o poder hegemônico dos Estados Unidos impôs sua moeda como meio de pagamento internacional ao resto do mundo, confrontando a proposta de J. M. Keynes, representante do Reino Unido, de criar uma moeda internacional “neutra” e um banco mundial emissor. Os EUA impuseram o Dólar como moeda internacional com o compromisso de manter sua conversibilidade em ouro. Ao invés do banco internacional proposto por Keynes, foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI)

² Redondo (1999).

³ Dodd (1997).

que ficou “limitado” a financiar operações de ajustes em países em crise para que todos pudessem se adequar às regras do sistema monetário internacional. Com este modelo, os Estados Unidos se transformaram na principal fábrica de dinheiro do mundo, aumentando cada vez mais as emissões de Dólares e aumentando suas importações até tornar sua balança comercial deficitária em 1971.

Neste mesmo ano, desrespeitando o acordo de Bretton Woods, os EUA, de forma unilateral, aboliram a convertibilidade de sua moeda em ouro, colocando fim ao lastro real em ouro de sua moeda e transformou o Dólar em um “passivo não exigível”. Com esta medida, a dívida dos Estados Unidos com o resto do mundo perdia sua condição de reembolso, e o “dólar papel” passaria a ter valor apenas pela fé na prosperidade da economia americana. Esta medida possibilitou a flexibilização da taxa de câmbio do Dólar ao jogo do mercado e a desregulamentação da atividade financeira internacional, abrindo caminho para a emissão de dinheiro sem lastro pelo governo americano e para a criação de “dinheiro financeiro” por empresas multinacionais. Esta mudança unilateral nas regras do jogo fez os Estados Unidos da América torna-se o primeiro país a emitir de dinheiro de curso internacional da história⁴.

Esta desregulamentação financeira iniciada na década de 1970 fez com que o dinheiro financeiro se multiplicasse pelo mundo, possibilitando a criação de moeda muito além dos controles governamentais e bancários. O dinheiro financeiro tem sobrepujado controles e regulamentos impostos por governos, instituições internacionais e empresas financeiras privadas, praticamente atropelando a soberania dos Países e as decisões de investidores, consumidores e cidadãos individuais. Basta constatar que as agências de classificação de riscos de créditos internacionais assumiram a condição de indicadoras da “credibilidade econômica” dos países, levando em consideração o potencial de rentabilidade financeira ao redor do planeta e deixando de lado a consistência da realidade física da economia real.

Da mesma forma em que o “papel-moeda” permitiu a construção sobre ele da criação de “dinheiro bancário”, ambos serviram de base para novos processos de criação de “dinheiro financeiro”. Junto à cadeia de créditos e depósitos que originava a criação de dinheiro bancário, se desenvolveram outras cadeias mais amplas de ativos e passivos financeiros que se respaldam mutuamente nos balanços das empresas e são fontes de

⁴ Naredo (2010).

nova criação monetária globalizada amparada unicamente pela confiança dos investidores, aumentando o poder, assim como o risco associado às empresas emissoras de dinheiro financeiro. Na medida em que foi se expandindo essa convenção social que é o dinheiro, com suas amplas ramificações financeiras, foi também perdendo o respaldo material, e fazendo com que a saúde do sistema financeiro internacional dependa mais da mera confiança no poder dos investidores de continuar criando dinheiro financeiro, do que de qualquer base física de riqueza⁵.

A maior capacidade de crescimento das empresas multinacionais que se dedicam a criar “dinheiro financeiro” permitiu que estas pudessem captar dinheiro sem aumentar sua produção, sem vender um produto físico e sem precisar se endividar no sistema bancário tradicional. Além do fato de que suas ações passassem a funcionar como dinheiro, sendo aceitas como pagamento na compra e absorção de outras empresas, na remuneração de diretores e acionista e em negociações das bolsas de valores. Esta característica aumenta o poder do capitalismo financeiro transnacional frente aos Estados e o capitalismo local que vão sendo comprados e submetidos aos interesses do capital financeiro internacional. Segundo Naredo, nunca o capitalismo transnacional hegemônico havia conseguido “manejar tanto dinheiro alheio para negócios próprios”.

Assim sendo, ocorreu um verdadeiro metabolismo, o dinheiro produtivo se transformou em dinheiro especulativo, ou “dinheiro financeiro” na expressão de Naredo, e se multiplicou de forma quase independente, desvinculado das atividades produtivas reais e de limites governamentais. A busca de lucro através de atividades produtivas foi substituída pela busca de poder através de atividades especulativas, pelas quais segue imperando o reducionismo unidimensional monetário na hora de tomar decisões.

Dinheiro financeiro: concentrando riqueza e socializando prejuízos

O dinheiro não é um simples objeto que intermedia as trocas de bens e serviços, como sugerem os economistas clássicos e neoclássicos, ele carrega consigo associações culturais e simbólicas geradas pelo seu uso como modalidade de riqueza e fundamento de poder. Desde sua forma como intermediário nas relações de troca até a forma de objetivo finalístico exposta por Simmel (2013), o dinheiro sempre esteve vinculado ao

⁵ Idem.

poder, apesar da tentativa da economia convencional de coloca-lo como imparcial e instrumento técnico a serviço do sistema econômico, inclusive presumindo uma igualdade entre indivíduos e empresas nas trocas mercantis, o dinheiro deve ser visto como elemento chave que vincula as relações econômicas e o poder político - estatal.

Em 1913, o historiador norte-americano Charles A. Beard publicou um livro intitulado “Uma interpretação econômica da Constituição dos Estados Unidos da América” na qual Beard realizou uma minuciosa pesquisa para demonstrar que por trás de cada artigo e parágrafo da Constituição Americana, aprovada em 1787, se escondiam interesses materiais muito concretos, interesses de senhores de escravos, de grandes comerciantes, de especuladores de terras e de financistas de um modo geral, inclusive favorecimentos a questões que envolviam a valorização de fortunas pessoais dos que escreveram a Carta Magna americana. Segundo Beard, os autores da Constituição estavam mais preocupados em encontrar fórmulas que protegessem a propriedade e ao mesmo tempo garantissem “o espírito e a forma do governo popular⁶”. O autor demonstra claramente a associação entre os detentores da riqueza, principalmente monetária, na construção do instrumento político-legal norteador das relações de poder da economia mais poderosa do planeta, servindo de mecanismo de legitimação da ascensão econômica da indústria como setor dinâmico da economia americana e, posteriormente, para a consolidação do capital financeiro a escala planetária.

Em sua etapa financeira, o capital criou uma ruptura do vínculo exclusivo entre Estado e dinheiro, deslocamento do poder dos Estados ditos soberanos para o capital financeiro mundial⁷, induzindo processos de desregulamentação dos mercados financeiros para facilitar os movimentos de entradas e saídas de dinheiro financeiro nos países, criando insegurança nos Estados nacionais sobre o volume de recursos em seus mercados e a possibilidade constante de crises geradas por fugas massivas de capitais especulativos. Este poder está concentrado nas mãos de poucos especuladores internacionais que movimentam bilhões de dólares todos os dias, gerando o poder de desestabilizar a economia e a política de qualquer país que ameace as regras deste jogo, basta ver que, segundo relatório apresentado no início de 2014 no Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça), 85 pessoas detêm 46% da riqueza do planeta, sendo que o

⁶ Schilling (2004).

⁷ Naredo (2009).

documento realça a incapacidade de políticos e líderes empresariais de deter este processo de concentração de riqueza e crescente desigualdade econômica.

O relatório mostrou que no ano de 2013, os 10% mais ricos do planeta detinham 86% da riqueza mundial, sendo que destes, 0,7% tinham US\$ 98,7 trilhões e a posse de 41% da riqueza mundial, volume considerado a maior concentração de riqueza já registrada na História da Humanidade. Com esta fabulosa monta de capital em suas mãos, o seletto clube de bilionários, donos de grandes bancos, fundos de investimentos e monopólios, controla a indústria, o comércio e a agricultura do planeta.

A intensidade do processo de concentração do capital é marcada pelo aumento de fusões e aquisições entre as empresas em todo o mundo e o crescimento exponencial dos volumes financeiros. Segundo relatório do Mackinsey Global Institute, em números absolutos, o estoque total de ativos financeiros atingiu US\$ 225 trilhões em 2013. Um volume 10% maior que em 2007, ano de início da crise, e o equivalente a 312% da produção física global. O montante dos derivativos⁸ no mundo atingiu US\$ 600 trilhões em 2011, segundo números do *Bank for International Settlements*⁹. A conclusão que se pode chegar a partir destes números é de que esta oligarquia financeira impõe seu poder econômico e político, manifesto em seus interesses financeiros mundiais, induzindo os governos a adotarem a mesma política de ampla proteção ao capital especulativo, gerando uma verdadeira fusão do Estado com o capital financeiro.

Segundo Naredo, no período de 1982 a 2000 o ritmo de crescimento dos ativos financeiros mundiais cresceu a uma taxa média de 14% ao ano, dobrando a taxa de crescimento do PIB do planeta. No período pré-crise mundial, que vai de 2000 a 2007 a média de crescimento dos ativos financeiro atingiu 16%. A média de crescimento do PIB mundial no período de 1982 a 2008 foi de 6,7% ao ano¹⁰.

O processo de acumulação de dinheiro financeiro, nomenclatura usada por Naredo, além de maximizar lucros sem gerar fluxos materiais de produtos, busca maximizar seu poder de controlar as regras do capitalismo mundial influenciando nas

⁸ Os derivativos são títulos que tem sua valorização determinada pelo valor de outros ativos financeiros ou reais, recebem esta denominação porque seu preço deriva do preço de outros ativos, outra ação, ou uma *commodity* como o café, por exemplo. Este processo busca evitar perdas, uma vez que se supõe que no caso do ativo principal dar prejuízo o outro ativo vinculado compense as perdas do primeiro.

⁹ www.correiodobrasil.com.br, acessado em 30.04.2014.

¹⁰ Naredo (2010).

decisões econômicas e políticas dos mais diversos países mundo afora. Nesta corrida, o capital financeiro deixou pra traz os agentes econômicos individuais, as empresas que necessitam de produtos físicos para gerar lucros, a influência do poder político local e a soberania dos estados independentes, impondo as regras do jogo financeiro mundial.

Um aspecto que vem associado ao poder do estado há mais de três séculos é sua capacidade de emitir dinheiro socialmente aceito pela sociedade. O dinheiro legal é a moeda colocada no mercado pelo banco central na forma de cédulas emitidas com o aval do governo central, estas cédulas são “passivos não exigíveis”, uma vez que ninguém pode exigir nada em troca da instituição que emite o dinheiro, ele somente valer para as transações econômicas nos mercados de bens e serviços, os agentes não são sequer proprietários das notas de dinheiro, elas são propriedade do governo e aos agentes cabe somente sua posse para uso nas diversas transações econômicas diárias. Vale lembrar que um passivo exigível é um empréstimo contraído em uma instituição financeira e que tem de ser devolvido em condições estipuladas em contrato.

O dinheiro bancário é o dinheiro criado pelos bancos em função do volume de dinheiro captado no mercado, quando um cliente deposita uma quantia no banco, parte fica depositada e o restante é emprestado ampliando a quantidade de dinheiro em circulação, gerando o chamado efeito multiplicador dos meios de pagamentos.

Dinheiro financeiro é a como Naredo (2009) chama ao dinheiro gerado pelas empresas na forma de ações, ou os ativos financeiros emitidos por empresas privadas que assumem as funções do dinheiro. As ações constituem o núcleo central desse dinheiro financeiro, no qual uma empresa pode ampliar seu poder de compra sem recorrer ao dinheiro legal ou ao dinheiro bancário, por exemplo, se uma empresa quer aumentar seu capital ou comprar uma concorrente ela pode fazer isto emitindo ações no mercado financeiro e arrecadar dinheiro suficiente para conseguir seus objetivos simplesmente vendendo seus próprios papéis nas bolsas de valores, ou seja, as ações cumpriram as funções de dinheiro como depósito de valor, como meio de pagamento e como meio de liquidez, uma vez que podem ser vendidas nos mercados financeiros, trocadas por dinheiro. Estas ações, além de permitir captar dinheiro, funcionam como meio de pagamento na compra de outras empresas e na remuneração de diretores e acionistas.

Quem compra uma ação se converte em um partícipe da empresa que a emitiu, mas não pode exigir nada em troca, simplesmente receberá os lucros distribuídos pela

empresa no final de cada exercício, de tal forma que se alguém quer recuperar o dinheiro investido não pode exigir da empresa, o que se pode fazer é vender a ação na bolsa de valores e receber de volta o dinheiro investido, de acordo com a cotação da ação no momento de sua venda, ou seja, estes passivos não exigíveis estão sujeitos aos riscos de desvalorização gerados nos mercados financeiros.

As empresas privadas adquiriram poderes que antes eram restritos aos governos e aos bancos. Elas adquiriram o poder de emitir “dinheiro financeiro”, e o que é pior, em volumes gigantescos muito além do suporte dos governos e dos bancos de gerar moeda legal ou bancária, gerando uma cadeia mundial de ativos e passivos financeiros que se respaldam uns aos outros nos balanços das empresas, servindo de fonte para a criação de mais dinheiro financeiro, com lastro físico praticamente insignificante.

Um elemento decisivo na consolidação deste sistema financeiro mundial é o avanço considerável das redes de telecomunicações, bem como sua capacidade de interligar as mais diversas instituições financeiras pelo mundo afora. Este meio permite que a informação transmitida através da especulação seja divulgada instantaneamente. Esta instantaneidade torna difícil restringir ou supervisionar essa atividade aparentemente distante e curiosamente insular e autoperpetuadora. Suas consequências, todavia, podem ter um peculiar efeito de longo alcance, afetando o estilo de vida e a subsistência dos indivíduos de maneira que, mesmo quando prontamente discerníveis, raramente são fáceis de entender por eles próprios. A importância estratégica dos centros financeiros nos quais ocorre a especulação profissional indica que os governos nacionais em todo caso estão relutantes em empenhar-se na busca de meios mais eficazes de regulação e supervisão.

Conclusão

Na visão da economia convencional, o poder atribuído ao dinheiro se limita ao fato de que ele confere “poder de compra” ao seu detentor. Porém, o dinheiro, ao contrário de mercadorias com valores de uso específicos, não determina seu uso e frutificação futuros, ocorre que quando seu uso objetiva a aquisição de mais dinheiro, a busca por dinheiro e poder se confundem como objetivos finalísticos. Não me refiro ao poder de compra que o dinheiro possibilita nas relações de troca, como pode ser visto também nas análises de Simmel e Marx, mas ao poder de influenciar o sistema e em

suas regras para assim criar, ou eliminar, regras e instrumentos para que os detentores do dinheiro possam ganhar mais dinheiro. Assim, na sociedade contemporânea, o dinheiro como supremo instrumento monetário, foi transformado na meta econômica suprema porque além de possibilitar a aquisição de mais dinheiro ele passou a representar o acesso ao poder, sendo “automaticamente” associado a imagens de riqueza e de poder.

Portanto, as características outorgadoras de poder do dinheiro, o converteram de um mero instrumento realizador de necessidades e desejos na própria base de seu status de objeto de desejo, principalmente por representar a mais perfeita imagem associada a riqueza e poder. O dinheiro, sempre e onde quer que seja usado, não se define por suas propriedades como objeto material, mas pelas qualidades simbólicas genericamente vinculadas ao ideal de outorga irrestrita de poder, sendo essa a base do desejo de possuir dinheiro, da decisão de aceitá-lo em pagamento, de trabalhar por ele, de economizá-lo ou entesourá-lo. Tudo isso gera consequências culturais e econômicas de longo alcance, entre elas a sensação de que a pura potencialidade que o dinheiro representa como meio de atingir qualquer finalidade, se concentra na imagem do poder concreto em favor de quem possui dinheiro.

A conclusão que se pode chegar, a partir dos números apresentados pelo Relatório de Davos, é de que os Estados Unidos e a oligarquia financeira mundial, impõe seu poder econômico e político, manifesto em seus interesses de gerar dinheiro financeiro. Induzem os governos a adotarem a mesma política de ampla proteção ao capital especulativo, gerando uma verdadeira fusão do Estado com o capital financeiro internacional, geradores de constantes processos de concentração de renda e possibilidades de novas crises que abalam todo o planeta. Com este modelo de desregulamentação do capital financeiro sem lastro consolidado em 1971 com a quebra do “padrão ouro” pelos EUA, a sociedade capitalista, mais que nunca, solidificou a máxima dos lucros privados e prejuízos coletivos.

Referências

AKTOUF, O. **Pós-Globalização, administração e racionalidade econômica, a síndrome do Avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.

CASTELLS, M., In HUTTON, W.; GUIDDENS, A. **No limite da racionalidade, convivendo com o capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DODD, N. **A sociologia do dinheiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

GALBRAITH, J. K. **El dinero**. Barcelona: Orbis, 1983.

MARX, K. **O Capital, crítica da economia política, livro I – O proceso de produção do capital**, Volume I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NAREDO, J. M. **Raíces económicas del deterioro ecológico y social: Más allá de los dogmas**. Madrid: Siglo XXI, 2010.

NAREDO, J. M. **Luces en el laberinto, autobiografía intelectual y alternativas a la crisis**. Madrid: Catarata, 2009.

REDONDO, O. C. **Entre la economía y la naturaleza**. Madrid: Los libros de la catarata, 1999.

SANDEL, M. J. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2013.

SCHILLING, V. **América: a história e as contradições do império**. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SIMMEL, G. **Filosofía del dinero**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

SIMMEL, G. **Psicologia do dinheiro e outros ensaios**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

VERSIGNASSI, A. **Crash: uma breve história da economia: da Grécia Antiga ao século XXI**. São Paulo: Leya, 2011.